

24/05/2006

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM EXTRADIÇÃO 1.010-7 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REQUERENTE(S) : GOVERNO DA ALEMANHA
EXTRADITANDO(A/S) : HAISSAM ALI DIAB OU WALID HALA OMARI
OU HAISSAN DIAB OU RAISAN ALEJANDRO
DIEB BABATIVA OU RAISSAN ALEJAND DIEB
BABATIVA OU ALEJANDRO DIEB RAISSAN OU
DIAB HAISSAM OU OU HAISSAN HOUSSIN
DIAB OU HAISSAM HOUSSIN DIAB
ADVOGADO(A/S) : LEOCADIO RAIMUNDO MICHETTI E
OUTRO(A/S)

EMENTA: EXTRADIÇÃO. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA. QUESTÃO DE ORDEM. PROMESSA DE RECIPROCIDADE. PEDIDO DE EXTRADIÇÃO DE PESSOA NATURALIZADA BRASILEIRA.

Pedido de extradição, formulado com base em promessa de reciprocidade, de cidadão brasileiro naturalizado, por fatos relacionados a tráfico de drogas anteriores à entrega do certificado de naturalização.

Inviabilidade da extradição, por impossibilidade de cumprimento da promessa de reciprocidade, uma vez que, no país requerente, a vedação de extradição de seus nacionais não admite exceções como as previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (art. 5º, LI).

Questão de ordem resolvida pela extinção da extradição, sem julgamento de mérito. Determinada a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público, para as finalidades cabíveis, verificando-se a possibilidade de aplicação extraterritorial da lei penal brasileira.

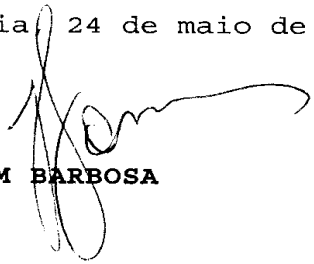
A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência da ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos,



em resolver a questão de ordem decretando a extinção do feito,
sem julgamento de mérito, nos termos do voto do relator.

Brasília, 24 de maio de 2006.



JOAQUIM BARBOSA

-

Relator

26/10/2005

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM EXTRADIÇÃO 1.010-7 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REQUERENTE(S) : GOVERNO DA ALEMANHA
EXTRADITANDO(A/S) : HAISSAM ALI DIAB OU WALID HALA OMARI
OU HAISSAN DIAB OU RAISAN ALEJANDRO
DIEB BABATIVA OU RAISSAN ALEJAND DIEB
BABATIVA OU ALEJANDRO DIEB RAISSAN OU
DIAB HAISSAM OU OU HAISSAN HOUSSIN
DIAB OU HAISSAM HOUSSIN DIAB
ADVOGADO(A/S) : LEOCADIO RAIMUNDO MICHETTI E
OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O

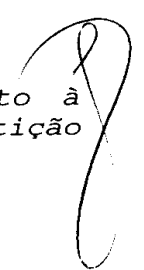
O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): Nos autos da PPE 469, reautuada como a presente extradição, assim apreciei pedido da defesa do extraditando:

"Cuida-se de petição apresentada pelos advogados do extraditando, na qual os patronos pleiteiam a revogação da prisão preventiva imposta ao extraditando, sob os seguintes fundamentos: (i) alegação de que o extraditando ostenta a condição de brasileiro naturalizado, (ii) alegação de erro quanto à pessoa, (iii) alegação de que a parte final do inciso 'LI' do art. 5º da CF/88 é norma constitucional de eficácia limitada; (iv) alegação de impossibilidade de extradição com base em meros indícios; (v) invalidade do compromisso de reciprocidade firmado; (vi) violação do artigo 80 da Lei nº 6.815/80; (vii) impossibilidade de extradição, sob pena de violação do princípio do 'non bis in idem' e (viii) aplicação da lei brasileira aos crimes praticados pelo extraditando.

É o relatório.

Decido.

À exceção da alegação de erro quanto à pessoa, todas as outras questões abordadas na petição



em referência são concernentes ao mérito do pedido de extradição e devem ser decididas oportunamente, quando o feito for levado a julgamento.

Por ora, analiso o alegado erro quanto à pessoa.

Afirma o extraditando, por intermédio dos seus procuradores, que não é a pessoa cuja prisão foi requerida pelo Governo da Alemanha, mediante a nota verbal n° 214.

Os alegações da defesa se baseiam na ausência de correspondência total entre os nomes constantes da autuação do presente feito e o nome constante documento de identidade do extraditando.

Improcedem as alegações de erro quanto a pessoa, como demonstram os documentos constantes dos autos, inclusive os juntados pela defesa em anexo à petição em referência.

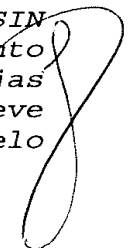
Muito embora conste da autuação e do mandado de captura de fls. 29 apenas o primeiro e o último nome do extraditando, não resta dúvida tratar-se o preso da pessoa cuja extradição o governo alemão requer.

Inicialmente, ressalto que o nome HAISSAM DIAB em muito se assemelha ao constante do documento de identidade juntado aos autos (HAISSAM HOUSSIN DIAB).

Ademais, a data de nascimento constante do mandado de detenção expedido pela justiça alemã (fls.29) é a mesma do documento de identidade do extraditando, cuja cópia acompanha a petição em referência.

Finalmente, para eliminar de vez qualquer dúvida quanto à identidade do extraditando, verifico que consta do mandado de captura expedido pela justiça alemã que o acusado, cuja extradição se requer, é também denominado 'Mischo'.

Compulsando os documentos apresentados pela defesa, verifico que consta da representação formulada pela autoridade policial e pelo membro do Ministério Público nos autos do Procedimento Sigiloso n° 2004.61.81.005463-8 (Inquérito Policial n° 3-0148/2005), a seguinte passagem: '(...) HAISSAN HOUSSIN DIAB, vulgo 'MISHO' ', ou seja, o procedimento investigatório em curso no Brasil em cujas investigações o extraditando está envolvido o descreve de forma idêntica aos documentos apresentados pelo Governo da Alemanha.



Assim, rejeito a alegação de erro quanto à pessoa e mantenho a prisão preventiva do extraditando.

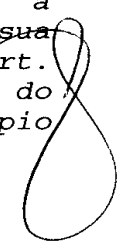
No que concerne às demais questões suscitadas, estas são relativas ao mérito do pedido de extradição e serão analisadas oportunamente, quando do julgamento da ação.

Muito embora o presente feito esteja autuado como PPE, o Aviso n° 1747 (fls.85) e a nota verbal de fls. 87 demonstram que o pedido de extradição já foi formalizado.

Do exposto, determino a reautuação do presente feito como extradição e delego a um dos juízes federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, após distribuição, a competência para o interrogatório do extraditando e o recebimento da respectiva defesa, nos termos dos arts. 210 e 211 do Regimento Interno desta Corte."

O extraditando interpôs agravo regimental, pedindo imediata apreciação, pelo Pleno, das alegações apresentadas. Suas razões são as seguintes:

"a) erro quanto à pessoa do extraditando; b) ser normas constitucional de eficácia limitada a parte final do inc. 'LI' do art. 5° da CF/88, considerando ser o extraditando (ora Agravante) brasileiro naturalizado e a natureza da imputação penal a ele impingida; c) necessitar a regra contida na parte final do inc. 'LI' do art. 5° da CF/88 de provas cabais e em sentença transitada em julgado, não se podendo basear-se em meros indícios e em prisão preventiva; d) invalidade de compromisso de reciprocidade firmado, uma vez que impossível a República da Alemanha fazer o mesmo, face à sua respectiva constituição federal; e) violação do art. 80 da Lei n° 6.815/80; f) possibilidade de violação do princípio 'non bis in idem'; g) aplicação do princípio da extraterritorialidade ao caso." (Fls. 185-186)



Submeto ao Pleno a questão de ordem.

26/10/2005

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM EXTRADIÇÃO 1.010-7 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHAV O T O

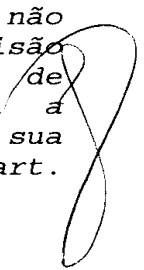
O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): Senhor Presidente, o ora extraditando está preso preventivamente desde 17.06.2005 (fls. 61).

A formalização do pedido de extradição foi recebida por via diplomática em 12.07.2005 (fls. 87).

A presente questão de ordem tem por objeto a análise das razões deduzidas pelo extraditando em petição protocolada como agravo regimental.

Acolho o pedido do extraditando apenas para submeter imediatamente ao Pleno, em questão de ordem, as seguintes alegações:

"a) erro quanto à pessoa do extraditando; b) ser normas constitucional de eficácia limitada a parte final do inc. 'LI' do art. 5º da CF/88, considerando ser o extraditando (ora Agravante) brasileiro naturalizado e a natureza da imputação penal a ele impingida; c) necessitar a regra contida na parte final do inc. 'LI' do art. 5º da CF/88 de provas cabais e em sentença transitada em julgado, não se podendo basear-se em meros indícios e em prisão preventiva; d) invalidade de compromisso de reciprocidade firmado, uma vez que impossível à República da Alemanha fazer o mesmo, face à sua respectiva constituição federal; e) violação do art.



80 da Lei n° 6.815/80; f) possibilidade de violação do princípio 'non bis in idem'; g) aplicação do princípio da extraterritorialidade ao caso." (Fls. 185-186)

Acredito que parte dessas alegações só poderão ser apreciadas convenientemente por ocasião do julgamento final do pedido de extradição, até mesmo porque o extraditando ainda não foi interrogado, nos termos do art. 85 da Lei 6.815/1980, e resta a oportunidade da defesa escrita, nos termos do § 1° do art. 85 da lei citada.

Nesse sentido, mantenho a decisão de remeter ao julgamento final a apreciação (i) da questão relativa à identificação do extraditando, sobretudo em se considerando que o Governo da Alemanha indicou seu endereço provável no Brasil e seus possíveis nomes, de modo que tal questão envolve a alegada ofensa ao art. 80 da Lei 6.815/1980; (ii) da questão da extraterritorialidade, uma vez que faltam elementos nos autos acerca da existência de processo criminal no Brasil no qual se apurem os mesmos fatos que fundamentam o pedido de extradição, o que tornaria inconclusivo o julgamento desse ponto em questão de ordem, e (iii) da alegação de ofensa ao princípio do *non bis in idem*.

Resta, portanto, examinar questão específica, que engloba todos os demais argumentos do extraditando e cujos contornos já podem ser objetivamente delineados nesta fase

inicial do processo. Trata-se da impossibilidade de extradição, em virtude de ser o extraditando nacional brasileiro por naturalização.

Solicitei informações ao Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária Federal, que prontamente esclareceu (fls. 203) ter sido a aquisição da nacionalidade brasileira pelo extraditando formalizada em 03.12.2003, com a entrega do certificado que conclui o processo de naturalização nos termos do art. 119 da Lei 6.815/1980. Ressalto que, nos termos da legislação aplicável (art. 119, § 3º, da Lei 6.815/1980) e conforme reiterados julgados desta Corte, o momento de entrega do certificado é determinante para que a aquisição da nacionalidade brasileira produza efeitos.

A partir desse fato e das circunstâncias do presente pedido de extradição, cumpre examinar em que extensão o disposto no art. 5º, LI, da Constituição federal representaria obstáculo para o deferimento do pedido.

Noto inicialmente que o pedido de extradição formalizado pelo Governo da Alemanha assegura, em face da ausência de tratado bilateral, reciprocidade para casos semelhantes, ressalvada a extradição de nacionais alemães. Essa ressalva, sem maiores dúvidas, deve-se à previsão expressa na Constituição alemã de que é vedada extradição de seus nacionais. Voltarei a esse ponto na parte final de meu voto.

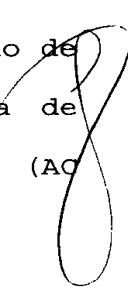
Pois bem. No que concerne à disciplina legal brasileira referente à possibilidade de extradição de nacionais brasileiros, o art. 5º, LI, não deixa muitas dúvidas:

"nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei."

Chamado a exercer sua competência constitucional ao examinar pleitos de extradição passiva, o Supremo Tribunal Federal tem interpretado essa norma com bastante clareza.

Assim, registro a existência de precedentes inequívocos nos quais o Tribunal indicou até mesmo a possibilidade de conhecimento de pedido de *habeas corpus* preventivo para impedir o processamento pelo Ministério da Justiça de pedido de extradição contra nacional brasileiro (HC 83.113-QO, rel. min. Celso de Mello, Pleno, j. 26.06.2003).

A Corte reconhece a aplicabilidade integral dessa garantia àqueles que tenham optado pela nacionalidade originária brasileira, ainda que posteriormente aos fatos em que se fundamente pedido extradicionário (Ext 778-QO, rel. min. Néri da Silveira, Pleno, j. 31.08.2000), o que implicaria a suspensão de processos de extradição quando se verificasse a pendência de homologação judicial da opção pela nacionalidade brasileira (AC 70-QO, rel. min. Sepúlveda Pertence, Pleno, j. 25.09.2003).



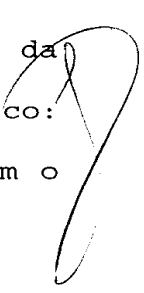
Quanto aos naturalizados, o Tribunal também aplica com rigor a regra da impossibilidade de extradição por fatos ocorridos após a naturalização, adotando como referência a entrega do certificado ao naturalizado (Ext 743, rel. min. Nelson Jobim, Pleno, j. 16.12.1998; Ext 934-QO, rel. min. Eros Grau, Pleno, j. 09.09.2004).

Já no tocante à ressalva quanto à possibilidade de extradição por envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, a Corte em diversas oportunidades ressaltou a necessidade de maior certeza sobre o envolvimento do extraditando com o tráfico ilícito, consolidando o entendimento de que seria necessária regulamentação dessa disposição (Ext 934-QO, rel. min. Eros Grau, Pleno, j. 09.09.2004), a despeito das razoáveis considerações mais antigas de que essa constatação de envolvimento poderia advir de excepcional exame pormenorizado pela Justiça brasileira das acusações ou condenações estrangeiras (Ext 688, rel. min. Celso de Mello, Pleno, j. 09.10.1996, cf. voto do ministro Moreira Alves; Ext 541, rel. para o acórdão min. Sepúlveda Pertence, Pleno, j. 07.11.1992).

Porém, penso que os precedentes da Corte não resolvem adequadamente a questão que ora se apresenta.

A situação desta extradição reúne vários casos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em um só. Explico:

(i) trata-se de pedido de extradição formulado por Estado com o



qual o Brasil não tem tratado bilateral em matéria de extradição e no qual é feita promessa de reciprocidade restrita; (ii) o extraditando adquiriu a nacionalidade brasileira por processo de naturalização concluído no fim de 2003; (iii) os fatos que fundamentam o pedido ocorreram entre o início de 2001 e junho de 2003 e têm relação com o tráfico de drogas (fls. 29).

O caso mais similar ao ora em exame que encontrei foi a Ext 541 (rel. para o acórdão min. Sepúlveda Pertence), pedido de extradição formulado pela República Italiana quando ainda não havia sido celebrado tratado bilateral entre aquele país e o Brasil. Contudo, naquele caso, a naturalização ocorrera antes dos alegados fatos criminosos.

Creio que naquele julgamento o fundamento determinante para o indeferimento do pedido foi a nulidade, reconhecida de ofício pela Corte, da promessa de reciprocidade pelo Governo italiano, dado que a Constituição daquele Estado não permite extradição de seus nacionais, sem nenhuma ressalva que se assemelhe à da nossa. Na ocasião, essa constatação foi relevantíssima, considerando-se que o extraditando havia adquirido a nacionalidade brasileira antes dos fatos relatados no pedido de extradição (cf. fls. 144 do ementário).

Por ocasião do referido julgamento, o eminente ministro relator concluiu em seu voto:

"é curial que a validade e conseqüente eficácia da promessa de reciprocidade feita ao Estado requerido pressupõe que, invertidos os papéis, o ordenamento do Estado requerente lhe possibilite honrá-la: ou seja, que, de seu turno, que lhe permita conceder amanhã, ao Estado requerido, extradição similar à que, hoje, lhe solicita."

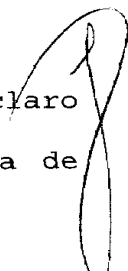
Entendeu-se, então, que o Supremo Tribunal Federal poderia perquirir a validade da promessa de reciprocidade.

Neste caso, a observação não se aplica, pois a promessa de reciprocidade do Governo alemão inegavelmente corresponde ao disposto na Constituição daquele Estado (conforme disposto no art. 16, § 2º). O problema, aqui, é que não se sabe se o governo alemão tinha conhecimento da naturalização do extraditando, de nacionalidade original libanesa.

Compete, assim, a esta Corte, examinar se a extradição é possível, nestas circunstâncias.

Acredito que a promessa de reciprocidade não é de ser considerada em termos abstratos. Isto é: é irrelevante o fato de o Estado brasileiro ressaltar em sua Constituição hipóteses de extradição de seus nacionais e o Estado alemão não a autorizar genericamente. Esse mero descompasso de tratamento normativo, se considerado para avaliação da reciprocidade, impossibilitaria qualquer espécie de extradição.

No precedente firmado na Ext 541, ficou bastante claro que o Governo italiano não poderia levar a cabo a promessa de



reciprocidade, pois naquele caso o extraditando estava protegido pela garantia constitucional geral da vedação de extradição de nacionais brasileiros. Em caso similar, obviamente a República Italiana não poderia extraditar nacional seu, independentemente da forma de aquisição da nacionalidade.

Entendo, na espécie, considerando que a aquisição da nacionalidade brasileira pelo ora extraditando ocorreu em 13.12.2003, que, até aquele momento, e exclusivamente para fins extradicionais, ele não era nacional brasileiro, por aplicação, inegável, da primeira exceção contida no art. 5º, LI.

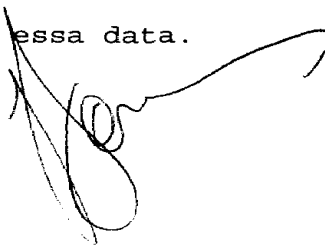
A hipótese semelhante inversa seria a de pedido de extradição à Alemanha de pessoa sem nacionalidade alemã, presente a qualquer outro título em seu território.

Por esse aspecto, entre países com sistemas diversos de proteção de seus nacionais, torna-se relevante saber se, para fins extradicionais, o ordenamento jurídico do país requerido assegura ou não a determinados indivíduos as garantais decorrentes da nacionalidade. No caso, e por motivo que não cabe perquirir neste julgamento, o Brasil adota regra menos favorável, excepcionando originariamente em sua Constituição a regra contida no art. 12, § 2º.

No caso, nem é de se considerar que o Estado requerente deveria ter demonstrado efetivo envolvimento do extraditando com o tráfico, ou que a extradição nesses casos

seria incabível de plano. O que ocorre é que, mesmo relacionados a tráfico de entorpecentes, os fatos que fundamentam o pedido são anteriores à naturalização e por isso devem ser enquadrados na regra que permite a extradição por **crimes comuns** anteriores à naturalização. Para essa finalidade, a Constituição conceitua **crimes comuns** não como categoria estranha aos de tráfico, mas como garantia de que brasileiros naturalizados não sejam extraditados, por exemplo, por crimes políticos.

Do exposto, entendo que a ressalva aplicável ao caso seria a de não se conhecer da extradição no que concerne a fatos posteriores a 13.12.2003 (data da entrega do certificado de naturalização ao extraditando), resolvendo a questão de ordem para que tenha prosseguimento o processo de extradição na parte restante, relativa a fatos anteriores a essa data.



26/10/2005

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM EXTRADIÇÃO 1.010-7 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Os crimes teriam sido praticados após a naturalização.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Não há registro de crimes praticados após a naturalização.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Mas Vossa Excelência exclui a sequência do pedido por quê?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Excluí a possibilidade, deixando expressa a impossibilidade.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Mas, se não há dados concretos, para não julgarmos no vazio, sem elementos elucidativos...

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Mas temos um dado concreto que é a naturalização dele em dezembro de 2003.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Sei, mas não consta, no pedido formulado, a notícia da prática de crimes após a naturalização.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - O pedido diz que os crimes foram entre 2001 e 2003. É vago.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Estaremos julgando antecipadamente, de forma hipotética.



O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Acho que temos um dado concreto, Ministro Marco Aurélio: o fato de que, em dezembro de 2003, ele se tornou nacional.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Mas, veja, não há pedido de entrega, considerado crime posterior.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - Vossa Excelência considera irrelevante que, na situação inversa, a Alemanha não pudesse conceder a extradição ao Brasil?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - A Alemanha não concederia. Esse é o dado.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Penso que - não conheço a Constituição alemã -, quando há referência ao nacional alemão, é o nato.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Não, a Alemanha não faz essa distinção.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Mas, existe a questão da reciprocidade.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - O problema é a reciprocidade.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - É sério, exatamente. Esse é o problema.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - A Constituição brasileira permite. Isso quer dizer que o Brasil tanto pode firmar tratado nesse sentido como conceder a extradição sob

Ext 1.010-QO / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

promessa de reciprocidade, mas, aí, desde que o Estado requerente possa oferecer, nas mesmas circunstâncias, a extradição de nacional seu.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Registra-se, aí, uma típica situação caracterizadora de reciprocidade inexecutável.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - É inexecutável. Acho que é similar àquele caso, quando aduzi que a Constituição Italiana só permite a extradição de nacionais mediante tratado. Então, mostrei que eles não poderiam oferecer a reciprocidade (Ext 541, 11.7.91, **Pertence**, RTJ 145/428).

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O relator não dá ênfase a esse problema que, penso, é seriíssimo. Apenas exclui a sequência da extradição.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Não existe, mas pode existir, Ministro Marco Aurélio.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Sei, mas não vamos julgar, considerado o que vier a ocorrer. Julgamos a partir de fatos existentes no processo.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - O pedido é muito recente.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não há pedido de extradição considerada a imputação de crime praticado após a naturalização. Então, não temos que adentrar essa matéria.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - Eu sei, mas a relevância de cuidar-se de crimes posteriores ou anteriores à naturalização pressupõe a solução da primeira questão, a da reciprocidade. A mim está me parecendo que, se a Alemanha, invertidos os papéis, não pode oferecer a extradição de um naturalizado alemão, seja de que data for o crime...

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - A questão da data do crime fica superada, prejudicada.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, a Constituição alemã não faz a distinção, como a nossa, quanto à época do crime, se anterior ou posterior à naturalização?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - Não, segundo afirmado, na Alemanha, não é admitida a extradição de nacionais.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - E também quanto à dualidade nato e naturalizado?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Não faz.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - Segundo a premissa do Ministro Joaquim Barbosa, não há exceção na Constituição Alemã. A Itália ainda tem aquela exceção, de que, mediante tratado, se possa admiti-la.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Pouco importa a época do crime se a nacionalidade foi adquirida por naturalização. Isso é sério.

Ext 1.010-QO / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - É insuperável. É um obstáculo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - É um obstáculo maior, e o extraditando está preso.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Estou propondo que a extradição prossiga com relação...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - A oferta de uma reciprocidade que não existe, inexequível.

Ouvimos o Governo requerente?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - Não, acho que não pode. Ofereceu-se reciprocidade talvez até desconhecendo a naturalização do extraditando no Brasil.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não se pode atropelar a Constituição alemã.

Como vota o relator quanto a essa questão?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Ele encaminhou no sentido de separar as datas.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Mas surge matéria que é prejudicial e apanha todo o pedido formulado.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - O Relator tentava superar com o argumento da data.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Na Alemanha, pouco importa se o crime foi cometido antes ou depois da naturalização.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) -

Mas acho que a Constituição não obriga o Brasil, naqueles casos da ressalva, a conceder a extradição. Ela a permite, sim, que seja mediante tratado, seja mediante promessa de reciprocidade, que se conceda a extradição de brasileiro naquelas situações ressalvadas. Ora, não havendo tratado, o que há é uma promessa de reciprocidade, que é preciso aferir se pode ser cumprida, de acordo com o nosso precedente no caso da Itália.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, penso que a questão de ordem tem que ser resolvida no sentido de simplesmente se negar seguimento ao pedido, tendo em conta a inviabilidade da reciprocidade prometida.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - O temor que assalta é a possibilidade, diante dessa cláusula tradicional das Constituições, da não extradição dos nacionais, de nós termos um estímulo a esse processo de naturalização. Estou só pensando alto.

27

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****QUEST. ORD. EM EXTRADIÇÃO 1.010-7**

PROCED.: REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

REQTE.(S): GOVERNO DA ALEMANHA

EXTDO.(A/S): HAISSAM ALI DIAB OU WALID HALA OMARI OU HAISSAN DIAB
OU RAISAN ALEJANDRO DIEB BABATIVA OU RAISSAN ALEJAND DIEB
BABATIVA OU ALEJANDRO DIEB RAISSAN OU DIAB HAISSAM OU OU HAISSAN
HOUSSIN DIAB OU HAISSAM HOUSSIN DIAB

ADV.(A/S): LEOCADIO RAIMUNDO MICHETTI E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Joaquim Barbosa (Relator), que não examinava, no estado do processo, as demais alegações do extraditando, e, quanto à questão da nacionalidade, admitia o seguimento do processo quanto a crimes anteriores à naturalização do extraditando no Brasil, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Carlos Britto. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Carlos Velloso, Cezar Peluso e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Nelson Jobim (Presidente). Presidência do Senhor Ministro Sepúlveda Pertence (art. 37, inciso I, do RISTF). Plenário, 26.10.2005.

Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Carlos Britto, Joaquim Barbosa e Eros Grau.

Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza.


Luiz Tomimatsu
Secretário

24/05/2006

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM EXTRADIÇÃO 1.010-7 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHAV O T O V I S T A**O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO**

Cuida-se de extradição instrutória, suscitada pela República Federal da Alemanha, contra HAISSAM ALI DIAB ou WALID HALA OMARI ou HAISSAN DIAB ou HAISSAN HOUSSIM DIAB (e outras variações nominais, todas voltadas à identificação do extraditando).

2. Pois bem, antes mesmo de realizado o interrogatório do extraditando, este submeteu questão de ordem ao ilustrado Relator da causa, Ministro Joaquim Barbosa, para que fossem apreciadas as seguintes questões: (a) impossibilidade de se processar a extradição, pois o súdito reclamado é brasileiro naturalizado; (b) erro na identificação da pessoa a ser extraditada; (c) inaplicabilidade do que disposto no inciso LI do art. 5º, por se tratar de norma constitucional de eficácia limitada; (d) impossibilidade de se conceder extradição com base em meros indícios da participação do estrangeiro nos eventos narrados no pedido; (e) invalidade da promessa de reciprocidade firmada pelo Governo da Alemanha; (f) violação ao art. 80 do Estatuto do Estrangeiro, ante a má instrução do pedido; (g) submissão do extraditando a situação de duplo risco, pois já sofria processo no Brasil pelos mesmos fatos



narrados no pedido; (h) impossibilidade da causa extradicional, por se tratar de competência exclusiva da justiça brasileira.

3. Ao apreciar referido petitório, o Ministro Relator, num primeiro momento, analisou e rechaçou o alegado erro quanto à pessoa. O que fez com apoio nos documentos constantes dos autos, inclusive aqueles apresentados pela própria defesa, todos eles a evidenciar que o cidadão capturado é mesmo aquele cuja extradição o Governo da Alemanha está a requerer. Quanto às outras afirmativas, entendeu o eminente Relator tratar-se de questões imbricadas com o próprio mérito da extradição, a ser analisadas, portanto, quando do julgamento do pedido extradicional.

4. Irresignado com esse *decisum*, o extraditando interpôs recurso de agravo, no qual pleiteou a imediata apreciação, pelo Plenário desta Casa, de todas as questões por ele suscitadas. Daí a presente questão de ordem. Questão de ordem que assim foi resolvida pelo Ministro Relator: as alegações atinentes (a) à identificação do extraditando, (b) à aplicabilidade da lei brasileira aos fatos objeto do pedido, (c) à ofensa ao princípio do *non bis in idem* permaneceram condicionadas ao julgamento do mérito da extradição. De outro lado, remeteu-se imediatamente à apreciação deste Plenário uma afirmativa mais ampla, feita pela defesa, qual seja, a impossibilidade de se processar a presente extradição, ante a condição de brasileiro naturalizado dele, extraditando. Eis, então,

a tese em debate: qual o regime extradicional a se aplicar aos brasileiros naturalizados?

5. Para o ilustrado Relator, a questão é de ser equacionada no sentido de *"não se conhecer da extradição no que concerne a fatos posteriores a 13.12.2003 (data da entrega do certificado de naturalização ao extraditando), resolvendo-se a questão de ordem para que tenha prosseguimento o processo de extradição, na parte restante, relativa a fatos anteriores a essa data"*.

6. Deu-se que no debate travado em sessão foi levantada a delicada questão da eventual impossibilidade de o Estado autor (Alemanha) conceder pedido extradicional idêntico, caso figurasse como requerente o Governo brasileiro. É dizer: poderia o Estado alemão dar efetivo cumprimento à promessa de reciprocidade por ele expressamente assumida? Poderia o Estado requerente, em situação idêntica, autorizar a entrega ao Brasil de pessoa alemã naturalizada?

7. Foi em razão da envergadura desse debate que achei por bem pedir vista dos autos para melhor exame da questão. Este o relato do feito, que espero claro e fidedigno o bastante para avivar a memória dos meus pares.

8. Pois bem, o extraditando é acusado na Alemanha de atuar salientemente em associação criminosa ¹, organizada para "transportar cocaína desde a América do Sul para a Europa e vendê-la lucrativamente" (trecho do mandado de detenção expedido pelo Tribunal da comarca de Dusseldorf - fls. 29). Fatos criminosos compreendidos entre "os princípios de 2001 e junho de 2003" (fls. 29). Sendo este o marco temporal que baliza o pedido: a extradição solicitada abrange exclusivamente os delitos de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico, praticados **entre o começo de 2001 e o mês de junho de 2003**.

9. Esta observação é sobretudo importante devido ao princípio da especialidade, que rege, entre nós, as ações extradicionais. Princípio que o Estatuto do Estrangeiro (inciso I do art. 91) assim verbaliza: "*Não será efetivada a entrega sem que o Estado requerente assuma o compromisso de não ser o extraditando preso nem processado por fatos anteriores ao pedido*" (entenda-se, por fatos **outros** não constantes do pedido). O que importa dizer que a entrega do estrangeiro reclamado, no ponto, tem o propósito de jungir o extraditando a processo penal ou ao cumprimento de sentença por aqueles delitos taxativamente constantes do pedido. Fatos outros, anteriores à extradição mas apenas descobertos

¹ Consta do mandado de detenção do extraditando (fls. 29/30): "O acusado que atuava principalmente sob a alcunha 'Toni' e 'Mischmisch' foi membro **de um nível hierárquico superior** de uma organização de narcotraficantes e foi responsável pela organização da importação clandestina e a entrega da cocaína" (sem grifos no original).

posteriormente à formulação do pleito, deverão constar de pedido de extensão. Isto para que este Supremo Tribunal Federal possa exercer, quanto a esses episódios somente a posteriori noticiados, juízos sobre dupla tipicidade, natureza do ilícito, prescrição e todos os demais requisitos necessários ao deferimento da extradição. Este, aliás, o entendimento desta Casa da Justiça brasileira (Ext-extensão 787, Rel. Min. Eros Grau; Ext-extensão 661, Rel. Min. Ellen Gracie; Ext-extensão 716, Rel. Min. Mauricio Corrêa; Ext-extensão 548, Rel. Min. Carlos Velloso; Ext-ext 486, Rel. Min. Octavio Gallotti; Ext-extensão-Questão de Ordem 462, Rel. Min. Moreira Alves; Ext-QO 444, Rel. Min. Francisco Rezek). Transcrevo, por ilustrativa, a ementa do acórdão proferido na Ext 571 (pedido de extensão), de relatoria do Ministro Celso de Mello:

"EXTRADIÇÃO SUPLETIVA - PEDIDO DE EXTENSAO FORMULADO PELA CONFEDERAÇÃO HELVÉTICA - POSSIBILIDADE JURÍDICA - PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE EM MATÉRIA EXTRADICIONAL (LEI nº 6.815/80, ART. 91, I) - SIGNIFICAÇÃO POLÍTICO-JURÍDICA DESSE POSTULADO - INOCORRÊNCIA, NO CASO, DE SUA VULNERAÇÃO - PEDIDO DE EXTENSAO DEFERIDO.

- A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a partir da interpretação da norma inscrita no art. 91, I, do Estatuto do Estrangeiro, tem reconhecido a possibilidade jurídica de qualquer Estado estrangeiro requerer a extensão da extradição a delitos que, anteriores ao pedido que a motivou, não foram incluídos

na postulação extradicional originariamente deduzida.
Precedentes.

- A pessoa extraditada pelo Governo brasileiro não poderá ser processada, presa ou punida pelo Estado estrangeiro a quem foi entregue, desde que o fato delituoso, não obstante cometido antes do pedido de extradição, revele-se diverso daquele que motivou o deferimento da postulação extradicional originária, salvo se o Brasil - apreciando pedido de extensão que lhe foi dirigido -, com este expressamente concordar. Inteligência do art. 91, I, do Estatuto do Estrangeiro, que consagra o princípio da especialidade ou do efeito limitativo da extradição.

- O princípio da especialidade - que não se reveste de caráter absoluto - somente atuará como obstáculo jurídico ao atendimento do pedido de extensão extradicional, quando este, formulado com evidente desrespeito ao postulado da boa-fé que deve informar o comportamento dos Estados soberanos em suas recíprocas relações no plano da Sociedade internacional, veicular pretensões estatais eventualmente destituídas de legitimidade.

O postulado da especialidade, precisamente em função das razões de ordem político-jurídica que justificam a sua formulação e previsão em textos normativos, assume inegável sentido tutelar, pois destina-se a proteger, na concreção do seu alcance, o súdito estrangeiro contra a instauração de persecuções penais eventualmente arbitrárias. Convenção Européia Sobre Extradição (Artigo 14)..."

10. Se é assim, e se o princípio da especialidade se traduz em garantia aos que sofrem processos extradicionais, então

apenas os fatos supostamente ocorridos entre o **início de 2001 e junho de 2003** poderão ser objeto de análise no presente caso. Fatos outros, não incluídos nesse prazo ou distintos daqueles narrados no pedido (pedido que é de maio de 2005), apenas poderão ser considerados em pedido de extensão. Razão por que, com as devidas vênias do Relator (que só não conheceu da extradição quanto a fatos posteriores a **13/12/2003**, quando o pedido apenas relaciona episódios supostamente ocorridos até **06/2003**), entendo não ser lícito a esta Casa analisar, agora, a extradição por fatos não figurantes do pedido nem noticiados mediante pleito de extensão.

11. Presente esta moldura temporal, o que temos? Os fatos motivadores da extradição instrutória teriam ocorrido entre **janeiro de 2001 e junho de 2003**. Só e só. E o certificado de naturalização do extraditando foi-lhe formalmente entregue em Audiência especial realizada em **03 de dezembro de 2003** (fls. 194). Noutros termos, cuida-se de pedido extradicional voltado à entrega de brasileiro naturalizado, acusado da prática de tráfico internacional de entorpecentes em momento **anterior** a sua naturalização.

12. Bem vistas as coisas, regente da matéria é a norma insculpida no inciso LI do art. 5º da Constituição Federal, assim redigido: "*nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei*". Tem-se, aí, a regra constitucional da

inextraditabilidade de brasileiros. Regra que recebeu temperamentos com a Magna Carta de 88², que permitiu a entrega dos naturalizados em duas situações: a) crime comum **praticado antes da naturalização**; b) comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, ainda que **praticado em data posterior à naturalização**. Valendo referir que a locução constitucional "crime comum" nem se contrapõe à expressão "tráfico de drogas" (constante da parte final do inciso LI) nem a crimes definidos em lei especial. Define, isto sim, uma tipologia de crimes oposta àquela pertinente aos **crimes políticos e de opinião** (inciso LII do art. 5º), para os quais não se admite a entrega extradicional.

13. Em palavras outras, a Constituição Federal elegeu o momento da naturalização como *divisor de águas* do regime constitucional da extradição. Se ela, extradição, apoiar-se em fatos anteriores à naturalização, então o pleito é de ser deferido em regime usual de preenchimento dos requisitos gerais impostos a todo e qualquer pedido extradicional. Todavia, se ela, extradição, tiver por objeto infrações ocorridas após a naturalização (naturalização que somente se consuma com a formal entrega do correspondente certificado — Ext 934-QO; Ext 688; HC 62.795), então o pedido só é de ser processado se se tratar de comprovado envolvimento do

² A bem de ver, a Constituição Federal de 88 rompeu com a prática inaugurada pela Carta Política de 34 (art. 113, nº 31) e mantida pelas Constituições de 46 (art. 141, § 33) e 67 (art. 150, § 19), no sentido da impossibilidade de se extraditar, "em caso nenhum" ou em "caso algum", qualquer brasileiro, seja ele nato, seja ele naturalizado.

extraditando em tráfico de entorpecentes e de drogas afins, consoante dispuser lei especial (Ext-QO 934, Rel. Min. Eros Grau; Ext 688, Rel. Min. Celso de Mello; Ext 541. Rel p/ acórdão Ministro Sepúlveda Pertence). E o fato é que esse comprovado envolvimento só comporta aferição nos termos de lei ainda não editada³; pois é certo que a parte final do inciso LI do art. 5º da Constituição Federal já foi classificada por este Supremo Tribunal Federal como norma constitucional de eficácia limitada (Ext 541, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).

14. Ora bem, a que se reporta o presente feito? a pedido extradicional por crimes supostamente praticados antes da naturalização do extraditando (data dos fatos, 01/2001 a 06/2003; data da entrega do certificado de naturalização, 24/12/2003). Pelo que tenho por francamente viável o processamento da extradição. É dizer: revela-se impertinente a alegação da defesa no sentido de que não foi comprovado o envolvimento do extraditando com os delitos de tráfico que lhe são imputados. Como ainda não se revela insuscetível de processamento a presente extradição, ante a ausência da legislação específica, reclamada pelo inciso LI do art. 5º da CF. Não é isso. Tais impugnações apenas seriam procedentes se se tratasse de extradição por fatos POSTERIORES à naturalização. O que não é o caso dos autos, repise-se, pois o súdito estrangeiro acha-se

³ Também nesse sentido é o estudo do Ministro Carlos Velloso: **Extradição e seu Controle pelo Supremo Tribunal Federal**, in Terrorismo e Direito. Os Impactos do

processado na Alemanha por fatos ANTERIORES à sua formal naturalização como brasileiro. Sendo que, em casos tais, a Constituição Federal não faz exigências especiais, limitando-se a autorizar a entrega desde que presentes os demais requisitos do Estatuto do Estrangeiro.

15. Nessa ampla moldura, tenho que o processamento da presente extradição não encontra nenhum óbice no tão encarecido inciso LI do art. 5º da CF.

16. Ocorre que outro obstáculo foi levantado pela defesa: a absoluta inocuidade da promessa de reciprocidade feita pelo Governo requerente. Governo que, em situação idêntica à presente, não deferiria ao Brasil pedido de extradição de cidadão naturalizado alemão.

17. Com efeito, reza a Lei Fundamental de Bonn que *"nenhum alemão pode ser extraditado ao estrangeiro"* (art. 16, nº 2); ou seja, trata-se de norma constitucional que estabelece o princípio da **inextraditabilidade absoluta do nacional alemão**, independentemente, portanto, da forma de aquisição da nacionalidade, se originária, se derivada. Incluindo, dessa forma, em seu manto protetor, tanto os alemães natos como aqueles naturalizados. Todos, portanto, imunes a pedidos extradicionais.

Terrorismo na Comunidade Internacional e no Brasil: Perspectivas Político-Jurídicas. Rio de Janeiro: Forense, 2003, fls. 115/150.

18. Nesse panorama, então, revela-se altamente questionável que o Governo requerente, em situação idêntica à presente, viesse efetivamente a conceder o pedido de extradição. Pois, repita-se, a Constituição Alemã não permite a entrega dos seus cidadãos naturalizados. O que põe em xeque o próprio fundamento da presente extradição, que é a promessa de reciprocidade.

19. Bem vistas as coisas, tudo leva a crer que o próprio Governo Alemão, quando da formulação do presente pedido, parecia desconhecer que o estrangeiro reclamado ostentava a condição de brasileiro naturalizado. Tanto é assim que, ao apresentar a Nota-Verbal nº 214/2005, formalizadora de pedido de prisão para fins extradicionais, expressamente consignou tratar-se de cidadão de **"nacionalidade desconhecida"** (fls. 4). Ainda assim, nesse mesmo documento o Governo Alemão firmou sua promessa de reciprocidade, condicionando, no entanto, a validade de tal compromisso a **"pessoas procuradas no Brasil por causa de delitos idênticos ou semelhantes e que não possuam a nacionalidade alemã"** (fls. 5 — Nota Verbal nº 214/2005 — sem grifos no original).

20. Acresce que também da Nota Verbal nº 328/2005, que documentou o pedido de extradição, consta a afirmativa de que a pessoa reclamado é de **"nacionalidade desconhecida"**. Consignando-se que a promessa de reciprocidade apenas se aplica a pessoas **"que não possuam a nacionalidade alemã"**. (fls. 87/88). Além do que, no mandado de prisão expedido pelo Tribunal da comarca de Dusseldorf,

consta a afirmativa de que o extraditando, já estabelecido no Brasil, "sempre está fazendo o possível para dissimular a sua identidade" (fls. 36).

21. O que isso tudo sinaliza? Que o Governo da Alemanha desconhecia a condição de brasileiro naturalizado do cidadão em causa. Razão por que firmou promessa de reciprocidade, na qual atestava esse desconhecimento e asseverava a inaplicabilidade do seu formal compromisso, caso se tratasse de cidadão alemão, seja nato ou naturalizado, pois a Constituição Alemã não faz tal diferenciação.

22. Daqui se deduz que, se a promessa de reciprocidade é absolutamente inexecutável, por incompatibilidade com o que dispõe a Constituição do Estado requerente, então este pedido extradicional perdeu seu fundamento de legitimidade. Sabido que a extradição somente "poderá ser concedida quando o governo requerente se fundamentar em tratado, ou quando prometer ao Brasil reciprocidade" (art. 76 da Lei nº 6.815/80). Logo, não havendo tratado bilateral de extradição e não sendo passível de atendimento a promessa de reciprocidade firmada, então se revela insuscetível de processamento o pleito extradicional, por absoluta ausência de substrato legal e fundamento moral (devido a que a moralidade tem entre os seus conteúdos a lealdade, traduzida na idéia de apego à palavra empenhada ou às expectativas geradas no subjetivismo de terceiros).

23. Não me custa averbar, no ponto, que este Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a plena possibilidade de se efetuar

um controle jurisdicional do compromisso de reciprocidade entre Governos estrangeiros, de sorte a se poder aferir da exeqüibilidade da promessa, pois, do contrário, inviável será o deferimento da entrega. Daí o memorável acórdão que se proferiu na Ext. 541, Rel. p/ acórdão Min. Sepúlveda Pertence.

24. Por tudo quanto posto, e com as vênias de estilo, resolvo a presente questão de ordem no sentido da extinção deste processo extradicional. Como consequência, determino seja o extraditando colocado imediatamente em liberdade, "se por aí" não estiver preso.

25. É como voto.

* * * * *

MCBP/ggd



24/05/2006

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM EXTRADIÇÃO 1.010-7 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhora Presidente, faço apenas um questionamento, pois Sua Excelência deve ter o domínio da matéria. A Constituição alemã não contém a exceção contemplada na nossa, relativamente a crime praticado antes da naturalização?

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Não.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Pelo que ouvi do relatório, a própria nota verbal afirma que a reciprocidade é para a eventual extradição de cidadãos não alemães.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Claro.

24/05/2006

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM EXTRADIÇÃO 1.010-7 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHAV O T O

(RETIFICAÇÃO)

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): Senhora Presidente, gostaria de iniciar minha intervenção dizendo ao ministro Carlos Britto que não são necessárias vênias, pois devo mudar o entendimento que externei ao votar nesta questão de ordem. Isso se deve, em grande parte, às comodidades tecnológicas das quais todos nós somos beneficiários nos dias atuais.

Logo depois de proferir voto nesta questão de ordem, tomei conhecimento de um aceso debate, na imprensa européia, a propósito de decisão da Corte Constitucional da Alemanha que nos traz utilíssimas luzes para este caso.

Trata-se de reclamação constitucional (BVerfG, 2 BvR 2236/04 de 18.07.2005) em cujo julgamento, em julho de 2005 - portanto, poucos meses antes do julgamento deste caso -, a Segunda Turma (ou o Segundo Senat da Corte Constitucional de Karlsruhe) cassou decisão em que autoridade judicial de Hamburgo havia deferido ao Governo da Espanha pedido de extradição de

pessoa com dupla nacionalidade (alemã e síria) que estava em território alemão e era suspeita de participar de atividades terroristas e de possuir vínculos com a organização terrorista Al-Qaeda.

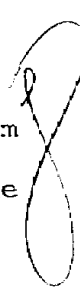
Deferido o pedido e fixada a data de entrega do extraditando ao Governo requerente, o extraditando ajuizou reclamação na Corte Constitucional, que cassou o decreto de extradição com base precisamente no artigo 16 da Constituição alemã, que estabelece: "*Nenhum alemão pode ser extraditado ao estrangeiro*".

No julgamento, foram destacadas diversas questões relevantes ao direito de cidadania, compreendidas no contexto da União Européia, revelando-se, assim, a extensão que esse direito assume à luz do direito alemão.

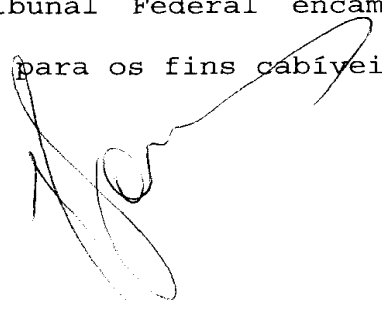
Para o presente caso, portanto, eu concluo, com base nas discussões que travamos na primeira assentada, que o Governo da Alemanha efetivamente não está em condições de cumprir o compromisso de reciprocidade.

Assim, reformulo meu voto, resolvendo a presente questão de ordem pela extinção da extradição, sem julgamento de mérito.

Resolvida nesses termos a questão de ordem, e como bem destacado pelo ministro Celso de Mello, ressalto a necessidade



de se verificar a possibilidade de aplicação extraterritorial da lei penal brasileira. Nesse sentido, tendo presente a deliberação do Pleno, o Supremo Tribunal Federal encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, para os fins cabíveis.




24/05/2006

TRIBUNAL PLENO


QUEST. ORD. EM EXTRADIÇÃO 1.010-7 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Senhora Presidente, estou preocupado com as consequências desse tipo de opção, especialmente porque a questão, como está posta, não tem alcance constitucional. O que a norma constitucional preconiza é a não-extraditabilidade do brasileiro.



O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Mas a lei brasileira diz que a extradição só será concedida mediante tratado ou promessa de reciprocidade.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Exatamente. Não há tratado. Então, essa expressão é calcada...



O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - No caso, ela indica que a Alemanha não poderá honrar. Pelo que ouvi do voto do Ministro Carlos Britto, a nota verbal dará reciprocidade, não se tratando de cidadão alemão. Estou enganado?

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Atesta, então, que não cumprirá.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Tollitur
quaestio. Ainda que pudesse dar, eles estão dizendo que não darão.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Não poderiam dar.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - A minha única dúvida
é quanto à existência ou não, no ordenamento alemão, de cláusula
semelhante à brasileira, viabilizando a extradição do naturalizado
quando o crime é anterior.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Não tem.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não há exceção. Essa
era a minha única dúvida.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Até o Tribunal
Constitucional Federal alemão concorda conosco, conforme demonstrou
o Ministro Joaquim Barbosa.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - E Sua Excelência
demonstrou atualizadissimamente.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não ouvi, pelo menos
na leitura feita pelo relator - e Sua Excelência tomou o cuidado de
dizer que o texto está em alemão e também em inglês -, referência a

este dado, ou seja, não haver, na legislação alemã, cláusula excepcionando a extradição do naturalizado, considerada a data do crime.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - O texto da Constituição alemã equivale aos nossos textos constitucionais anteriores, que não continham a ressalva.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Sim. E sem a distinção.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Esclarecido quanto ao ponto, acompanho o voto do relator.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Discutiu-se até a constitucionalidade dessa distinção legal, conforme a data da naturalização em relação à prática do crime.

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE) - E a própria promessa de reciprocidade é clausulada com fato que não se trate de nacional alemão.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Não é promessa impossível, é promessa não feita.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Não há promessa, na verdade.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - É um arremedo.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Diz-se que o juiz alemão desconhecia a nacionalidade do extraditando.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Se feita, seria impossível de qualquer forma.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Até porque há notícias de que ele responde também aqui no Brasil a acusações da mesma natureza.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Ele e vários outros.

Esse extraditando faz parte de um grupo de dezesseis ou dezessete pedidos de extradição os quais me foram distribuídos de uma só vez, todos eles formulados pela Alemanha, envolvendo cidadãos do Oriente Médio.

Por coincidência, vi-me defrontado com esse julgamento da Corte constitucional alemã, a qual trata de uma situação absolutamente idêntica, um cidadão sírio e alemão, ou seja, ele tinha as duas nacionalidades e foi impedida a sua extradição lá.

Ext 1.010-QO / ~~REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA~~

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Agora, não sabemos, neste processo, se os fatos são os mesmos. Não há condições para concluir.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Era cidadão alemão?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Sírio, naturalizado alemão.

Supremo Tribunal Federal

24/05/2006

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM EXTRADIÇÃO 1.010-7 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHAV O T O

(QUESTÃO DE ORDEM)

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Adito o nº III da ementa da Extradicação 541, onde resumo o entendimento do Plenário, aplicável, com mais razão, ao caso presente, em que a promessa de reciprocidade mesma está condicionada a não se tratar de cidadão alemão e, *mutatis mutandis*, de não se tratar de cidadão brasileiro, posto que naturalizado.

Consigna a ementa do precedente referido:

"(...)

III. Extradicação de brasileiro e promessa de reciprocidade do Estado requerente: invalidade desta, à luz da Constituição Italiana, que o STF pode declarar.

4. A validade e a conseqüente eficácia da promessa de reciprocidade ao Estado requerido, em que fundado o pedido de extradicação, pressupõem que, invertidos os papéis, o ordenamento do Estado requerente lhe permita honrá-la: não é o caso da Itália, quando se cuida de extraditando brasileiro, pois, o art. 26 da Constituição Italiana só admite a extradicação do nacional italiano quando expressamente prevista pelas convenções internacionais, o que não ocorre na espécie.

5. Não obstante, no Estado requerente, o extraditando, lá nascido, seja considerado italiano, no



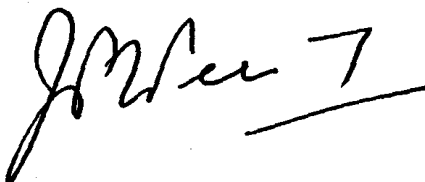
Ext 1.010-QO / REPÚBLICA FEDERAL DA ALGEMANHA
Supremo Tribunal Federal

juízo de extradição passiva, a nacionalidade do extraditando é aferida conforme a lex fori, que o reputa brasileiro.

6. Inquestionáveis o teor e a vigência do preceito constitucional italiano (art. 26, 1), que só admite a extradição de nacionais, por força de convenção internacional, compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, juiz da extradição passiva, no Brasil, julgar da invalidade, perante a ordem jurídica do Estado requerente, da promessa de reciprocidade em que baseado o pedido, a fim de negar-lhe a eficácia extradicional pretendida: desnecessidade de diligência a respeito."

Acompanho o eminente Relator.

Nc.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****QUEST. ORD. EM EXTRADIÇÃO 1.010-7**

PROCED.: REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

REQTE.(S): GOVERNO DA ALEMANHA

EXTDO.(A/S): HAISSAM ALI DIAB OU WALID HALA OMARI OU HAISSAN DIAB
OU RAISAN ALEJANDRO DIEB BABATIVA OU RAISSAN ALEJAND DIEB

BABATIVA OU ALEJANDRO DIEB RAISSAN OU DIAB HAISSAM OU OU HAISSAN
HOUSSIN DIAB OU HAISSAM HOUSSIN DIAB

ADV.(A/S): LEOCADIO RAIMUNDO MICHETTI E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Joaquim Barbosa (Relator), que não examinava, no estado do processo, as demais alegações do extraditando, e, quanto à questão da nacionalidade, admitia o seguimento do processo quanto a crimes anteriores à naturalização do extraditando no Brasil, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Carlos Britto. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Carlos Velloso, Cezar Peluso e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Nelson Jobim (Presidente). Presidência do Senhor Ministro Sepúlveda Pertence (art. 37, inciso I, do RISTF). Plenário, 26.10.2005.

Decisão: Renovado o pedido de vista do Senhor Ministro Carlos Britto, justificadamente, nos termos do § 1º do artigo 1º da Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003. Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Plenário, 23.11.2005.

Decisão: O Tribunal, à unanimidade, resolveu a questão de ordem no sentido de decretar a extinção do feito, sem julgamento de mérito, nos termos do voto do Relator, que retificou o proferido anteriormente. Presidiu o julgamento a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 24.05.2006.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Celso



de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Eros Grau e Ricardo Lewandowski.

Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza.


Luiz Tomimatsu
Secretário